



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 13ª REGIÃO

SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA

Ata da 4ª Reunião do Comitê de Governança Institucional – 1ª RAS -2021

1. Identificação da Reunião

Data	Horário			Local	Coordenador da reunião
28/09/2021, Terça-feira	Início	14h00	Término 15h00	Videoconferência	Desembargador Presidente Leonardo José Videres Trajano

2. Objetivos da Reunião - Pauta

1. Apresentação da 1ª RAS – 2021 - Reunião de Avaliação Sustentável.

3. Participantes

	Nome	Lotação
1	Leonardo José Videres Trajano	Presidência
2	Paulo Roberto Vieira Rocha	JAP
3	Lindinaldo da Silva Marinho	SCR
5	Aryoswaldo José Brito Espínola	SADM
6	Renan Cartaxo Marques Duarte	SEGEJUD
7	Max Frederico Feitosa Guedes Pereira	AGE
8	Adenilson Borba Lopes	AGE
9	Jackson Bertamoni de Lima	AGE

4. Discussão da Pauta

Assunto
<p>Aberta a reunião, o Desembargador Leonardo Trajano, após os cumprimentos de praxe, passou a palavra ao Servidor Max Guedes Pereira.</p> <p>Com a palavra, inicialmente, Max Guedes apresentou o tema da reunião, apresentação da 1ª RAS – 2021 - Reunião de Avaliação Sustentável, após, noticiou sobre o Índice de Governança de Gestão Pública divulgado na última sexta-feira pelo TCU, no qual o TRT da Paraíba obteve desempenho excelente. Ficamos em 5º lugar entre os Tribunais do Trabalho do Brasil, com IGG – Índice Integrado de Governança e Gestão Pública, 0,003% abaixo do 4º colocado, informou Max Guedes.</p> <p>Em acréscimo, Max informou que, logo após o preenchimento do questionário do IGG do TCU este Tribunal abriu Projeto Estratégico, denominado Governança no IGG – TCU, onde são atacados os 5 pontos colocados como “não adota” no questionário em que o Tribunal teve o desempenho satisfatório.</p> <p>Após, Max deu início à apresentação, compartilhando 7 slides relacionados à Resolução 400 do CNJ, que trata do Plano de Logística sustentável, à luz do Poder Judiciário.</p>



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 13ª REGIÃO

SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA

Ata da 4ª Reunião do Comitê de Governança Institucional – 1ª RAS -2021

Submetido à apreciação dos presentes à reunião, o tema foi aprovado, por unanimidade.

Em seguida, a palavra foi concedida a Jackson para, dentro do Sistema Hórus, demonstrar o desempenho do Tribunal em cada indicador do PLS deste Tribunal.

Após a exposição sobre o indicador “Água e Esgoto”, onde Jackson projetou uma economia de gastos pelo Tribunal de mais de R\$ 100.000,00 por ano, em função do novo cálculo realizado pela CAGEPA, da média mensal de esgoto do prédio da Sede, Max Gudes submeteu à aprovação do Comitê a proposta apresentada por Jackson no sentido de que o Tribunal negocie com a CAGEPA a permanência do hidrômetro instalado na nossa unidade, e que, todos os meses, a CAGEPA realize a leitura do real que é consumido da água do poço para que seja transformado em esgoto, o que possibilitaria, somado a outras ações, reduzir o consumo.

A proposta foi aprovada à unanimidade, no sentido de que a Secretaria Administrativa envie esforços para realizar negociação junto à CAGEPA, fazendo levantamentos de custos, possibilidade, etc.

A proposta foi aprovada, por unanimidade.

Dando continuidade, após a exposição sobre “Copos Descartáveis”, um dos indicadores que, de acordo com Max, tem mais peso na composição do IDS, o Desembargador Leonardo Trajano propôs que a campanha relacionada ao uso consciente de copos descartáveis realizada por este Tribunal seja perene, sendo renovada, se possível, a cada trimestre ou quadrimestre. Max acenou positivamente quanto à consecução da proposta.

Em relação ao indicador “Telefonia”, o Desembargador Leonardo Trajano sugeriu que a Secretaria Administrativa revise os contratos, acompanhado do respectivo gestor, para verificar janelas abertas à redução de gastos. Jackson informou que, após reunião entre a Secretaria Administrativa e o gestor do contrato de telefonia, surgiu a proposta de reduzir linhas privilegiadas, que fazem chamada externa, nos setores que possuem duas linhas ou mais desse tipo.

Com a palavra, Aryoswaldo pontuou que, após levantamento realizado, chegou-se à conclusão de que a utilização das linhas telefônicas para realização de chamada externa tem sido ínfimas. Concluiu-se, ainda, que o Tribunal possui uma faixa de ramais que não geram custos, pois não fazem chamada externa, e, dentre esses ramais, alguns não são utilizados, mas necessitam de centrais para o seu funcionamento, assim, informou Aryoswaldo, o gestor do contrato acionou a empresa de telefonia para verificar a possibilidade de corte de uma central, o que culminaria com a redução do valor pago pela sua manutenção. E, ainda como medida de redução de gastos, far-se-ia a redução de linhas privilegiadas.

O Desembargador Presidente, em relação ao indicador relacionado à energia elétrica, sugeriu, acaso haja espaço para debate no webinar sobre sustentabilidade que será realizado, que se leve em consideração



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 13ª REGIÃO

SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA

Ata da 4ª Reunião do Comitê de Governança Institucional – 1ª RAS -2021

aqueles Tribunais que, assim como o nosso, produzem energia limpa, modificando, assim, a forma de aferição, deduzindo-se do consumo o que fosse produzido de energia limpa. Sugeriu, ainda, o Desembargador Presidente, a criação de uma forma de aferição dos resultados das ações adotadas pelo Tribunal em relação ao tema sustentabilidade. Na oportunidade, o Presidente parabenizou a Max e Jackson pelo excelente trabalho realizado à frente da AGE.

Com a palavra, Jackson informou que o assunto seria, sim, levado à discussão no webinar, até porque outros Tribunais já se manifestaram sobre o tema, no sentido de que os esforços envidados para geração de energia limpa devem ser valorizados. E acrescentou estar descrito na Resolução 400 do CNJ que a implementação de energia fotovoltaica também é uma forma de compensação pela emissão de CO₂.

Com a palavra, Renan Cartaxo trouxe à baila preocupação em relação a prazo, haja vista a necessidade de alterar o PLS até o dia 16 de outubro. É que, de acordo com Renan, o PLS aprovado esse ano não o foi por Ato da Presidência, mas sim por RA aprovada pelo Pleno. Assim, acrescenta, para que a RA possa ser alterada, seria necessário outra RA. Ocorre que, pelo calendário de sessões do Pleno, não haverá tempo hábil para tal

O Desembargador Leonardo Trajano, então, sugeriu a edição de Ato ad referendum, e logo após, comunicaria aos demais Desembargadores para referendo oportuno.

Max sugeriu que, após o webinar, a AGE faça uma minuta de atualização do PLS e encaminhe para a Presidência para a edição do Ato. Acrescentou que a reforma se dará apenas em relação à Resolução 400, e não em relação aos indicadores e metas, sugerindo ao Comitê que tais medidas sejam adiadas para o início do próximo exercício.

Em seguida, Aryoswaldo informou a todos a criação de um PROAD 24148/2021, que traz em seu bojo projeto de criação de um hard com software, cujo protótipo está sendo custeado pelos servidores, que será colocado nos quadros de energia deste Tribunal, tendo como piloto a SETIC. A ideia, acrescentou, é medir o consumo diário e fazer o desligamento remoto. Em obtendo êxito, será realizada a instalação em outros setores.

O Desembargador Presidente sugeriu a finalização do projeto até dezembro, pois iniciaria 2022 com o projeto já concretizado e, em obtendo resultado positivo, o exercício 2023 já se iniciaria sob os auspícios dessa medida. Ao que Aryoswaldo informou que envidaria esforços para tal.

Por fim, após palavras elogiosas de Max sobre o engajamento de todos em prol do atingimento das metas estabelecidas, o Desembargador Presidente parabenizou e agradeceu o empenho de todos.

Antes de finalizada a reunião Max levou ao conhecimento de todos que, segundo informação atualizada repassada naquele momento pelo Servidor da AGE, Agenor da Costa Júnior, o TRT da 13ª Região está entre os Tribunais de pequeno porte com melhor IPCJUS, assumindo a 4ª posição, informação que seria confirmada e informada via WhatsApp.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 13ª REGIÃO

SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA

Ata da 4ª Reunião do Comitê de Governança Institucional – 1ª RAS -2021

E, não havendo mais assunto a ser tratado, o Presidente declarou encerrada a reunião.

A presente Ata foi digitada por mim, MARIA CARDOSO BORGES, Secretária das Comissões e Comitês do TRT da 13ª Região, e segue assinada pelo Desembargador Presidente LEONARDO JOSÉ VIDERES TRAJANO e por mim.